



Estratégia
Concursos

1º Simulado

TJPA

Analista: Direito e Oficial de Justiça

Simulado Especial

1º Simulado TJPA

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJPA;
- 2 – A prova contém **70 itens** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com alternativas certo/errado
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TJ-PA-07-12>

- | | | |
|--|--|--|
| 01 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 25 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 49 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 02 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 26 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 50 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 03 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 27 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 51 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 04 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 28 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 52 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 05 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 29 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 53 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 06 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 30 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 54 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 07 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 31 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 55 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 08 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 32 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 56 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 09 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 33 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 57 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 10 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 34 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 58 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 11 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 35 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 59 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 12 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 36 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 60 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 13 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 37 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 61 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 14 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 38 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 62 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 15 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 39 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 63 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 16 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 40 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 64 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 17 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 41 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 65 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 18 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 42 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 66 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 19 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 43 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 67 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 20 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 44 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 68 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 21 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 45 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 69 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 22 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 46 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 70 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E |
| 23 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 47 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | |
| 24 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | 48 – <input type="radio"/> C <input type="radio"/> E | |

PORTUGUÊS**TEXTO I**

A luz azul até que não seria um problema se a vida hoje em dia não estivesse intimamente ligada à tecnologia. As maiores fontes dessa luz nociva são encontradas nos celulares (smartphones), tablets, telas de computadores e TVs de tela plana, ou seja, exatamente o que a população tem usado cada dia mais.

Segundo estudos, a exposição prolongada pode causar degeneração macular, problemas sérios na retina e até mesmo levar à cegueira. "Essa luz tem uma fototoxicidade que deve ser considerada", alerta Márcia Beatriz Tartarella, diretora da Sociedade de Oftalmologia Pediátrica da Latino América. "O efeito é cumulativo, ou seja, não vai acontecer nada no mês seguinte, e sim ao longo dos anos".

O diretor responsável pelo Tranjan Centro Oftalmológico, Alfredo Tranjan, explica que há dois tipos de luz azul: o azul turquesa e o azul violeta. O turquesa é uma luz boa, que não faz mal aos olhos. "Essa luz é responsável por organizar o relógio biológico. Existem estudos que estão sendo feitos para colocar essa luz no painel de carros, para manter o motorista alerta", conta.

O problema mesmo é luz azul violeta, que pode causar degenerações maculares e até mesmo a catarata, segundo a diretora da Sociedade de Oftalmologia Pediátrica da Latino América. Pessoas que ficam horas diante de aparelhos celulares, TVs, tablets e telas de computadores podem, com o passar dos anos, sofrerem consequências. "Se uma pessoa se expõe durante 7h por dia nessa luz, a partir dos 25 anos, com 40 ela pode ter um problema", explica Tranjan, ressaltando que o dano é a longo prazo.

Fonte: Saúde - iG @ <https://saude.ig.com.br/minhasaude/2014-04-11/luz-azul-dos-celulares-e-tablets-pode-causar-degeneracao-na-retina.html>

01. De acordo com o texto,

- a) Luz azul é algo extremamente nocivo para a saúde, podendo inclusive causar danos à retina.
- b) O efeito da luz azul é paulatino, causando dano instantaneamente.
- c) Pessoas com catarata devem evitar ao máximo o uso excessivo de celulares.
- d) Televisores com tela curva não são consideradas nocivas à visão.
- e) Existe espécie de luz azul que pode trazer benefícios ao homem.

02. Inere-se do último parágrafo do texto que

- a) A exposição à luz azul causa problemas oculares em até 15 anos.
- b) As consequências da luz azul podem ser mitigadas com uso de celulares que não a emitam.
- c) Raios ultravioleta não fazem necessariamente mal à visão humana.
- d) A exposição reiterada à luz azul violeta é potencialmente nociva.

e) É possível evitar os danos da luz azul, desde que se utilize o celular por menos de 7h diárias

03. A estratégia argumentativa predominante no texto é

- a) O uso de dados estatísticos
- b) A apresentação de relatos pessoais
- c) O discurso de autoridade
- d) A citação de dados históricos
- e) A analogia entre exemplos

04. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita do seguinte trecho do texto II: "O efeito é cumulativo, ou seja, não vai acontecer nada no mês seguinte, e sim ao longo dos anos". (L. 6-7).

Assinale a opção em que a proposta apresentada preserva os sentidos do texto.

- a) "O efeito é cumulativo, isto é, nada acontecerá no mês seguinte, mas sim ao longo dos anos".
- b) "O resultado é cumulativo, ou seja, não vai acontecer nada no mês seguinte, e certamente ao longo dos anos".
- c) "O efeito é acumulado, ou melhor, não vai acontecer nada no mês seguinte, ao longo dos anos, sim".
- d) "O resultado é cumulativo, ou seja; não acontecerá nada no mês seguinte, e, sim, ao longo dos anos".
- e) "O efeito é cumulativo, ou seja nada acontecerá no mês seguinte, mas sim ao longo dos anos".

05. Analise os itens a seguir e assinale a alternativa correta

- I – Sem prejuízo à correção gramatical, a locução "são encontradas" (L.2) poderia ser substituída por "encontram-se" ou "se encontram".
- II – O acento indicativo de crase em "à cegueira" (L.5) justifica-se pela fusão de artigo ligado à palavra "cegueira" a preposição exigida pela regência da forma "levar".
- III – O "que" encontrado em "explica que há dois tipos de luz azul" (L.8) não recebe a mesma classificação que em "Existem estudos que estão sendo feitos para colocar essa luz no painel de carros" (L.10).

Está(ão) correto(s)

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) II, apenas.

TEXTO II

Incidência da privação de sono no Brasil

No Brasil, estudo realizado pelo Instituto Datafolha, em parceria com o Instituto do Sono, mostrou que 23% da população no Estado de São Paulo têm queixas de sono insuficiente, sendo a faixa etária entre 35 e 44 anos a maior acometida (27%).

O Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP) relata que 20% de todos os acidentes de trânsito estão associados à sonolência. A pesquisa ainda mostra que 40% dos entrevistados referem já ter ziguezagueado na estrada devido à sonolência e 61% assumiram que costumam dirigir no dia seguinte a uma péssima noite de sono.

Estudo nacional envolvendo pilotos de aeronaves comerciais mostrou a prevalência de 57,8% de cochilo não intencional durante o trabalho, estando o sono insuficiente como um dos fatores associados.

Consoante dados da Associação Brasileira de Sono, mais de 60% das pessoas relatam dormir menos de 7 horas por dia durante a semana e 25% dormem menos de 6 horas por dia. Além disso, aproximadamente 18% das mulheres e 26% dos homens economicamente ativos são trabalhadores que atuam em turnos e com privação crônica de sono.

<https://www.einstein.br/especialidades/medicina-do-sono/doencas-sintomas/privacao-de-sono>

06. Assinale a opção que melhor representa o tema central do texto I.

- a) A pesquisa ainda mostra que 40% dos entrevistados referem já ter ziguezagueado na estrada
- b) 23% da população no Estado de São Paulo têm queixas de sono insuficiente
- c) 61% assumiram que costumam dirigir no dia seguinte a uma péssima noite de sono
- d) aproximadamente 18% das mulheres e 26% dos homens economicamente ativos são trabalhadores que atuam em turnos e com privação crônica de sono
- e) Estudo nacional envolvendo pilotos de aeronaves comerciais mostrou a prevalência de 57,8% de cochilo não intencional durante o trabalho

07. De acordo com o texto,

- a) A privação de sono é um fenômeno mundial que assola diferentes faixas etárias e profissões.
- b) Pesquisas recentes mostram que há uma epidemia de privação de sono entre os brasileiros.
- c) 61% das pessoas que ziguezaguearam na estrada não relataram acidentes graves.
- d) Os adolescentes são os que menos experimentam efeitos da privação de sono.
- e) A maior parte dos entrevistados em pesquisa do Detran SP confessou já ter dirigido após dormir mal.

08. Depreende-se do texto que

- a) A qualidade do sono do brasileiro é uma preocupação das autoridades públicas.
- b) O brasileiro é capaz de ser eficiente no âmbito profissional a despeito da sonolência.
- c) Há diversos estudos, públicos ou privados, sobre a insuficiência de sono no Brasil.
- d) cerca de 18% das mulheres e 26% dos homens trabalham em turnos e com sono.
- e) A maior causa de acidentes de trânsito no Brasil é a sonolência frequente.

09. De acordo com sua organização e tipologia, o texto deve ser classificado como predominantemente

- a) descritivo
- b) dissertativo
- c) narrativo
- d) injuntivo
- e) preditivo

10. Considerando o contexto em que foi empregada, a palavra "acometida" (L.3) poderia ser substituída adequadamente por

- a) adoecida
- b) contaminada
- c) prejudicada
- d) representada
- e) comovida

11. Sem prejuízo à correção gramatical, poderia ser suprimida do texto a vírgula

- a) após "Datafolha" (l.1)
- b) após "Sono" (l.1)
- c) após "Brasil" (l.1)
- d) após "trabalho" (l.8)
- e) após "insuficiente" (l.2)

12. Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos originais do texto I, o termo "Consoante", no trecho "Consoante dados da Associação Brasileira de Sono" (l.9), poderia ser substituído por

- a) como
- b) Assim.
- c) Enquanto.
- d) Conforme.
- e) Ainda que.

13. Sem prejuízo à correção gramatical ou às ideias originais do texto, a forma verbal "referem" (l.5) poderia ser substituída por

- a) confessou
- b) alegam
- c) descrevem
- d) admitiu
- e) referem-se a

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

14. Acerca da Ética e a moral no Serviço Público, marque a opção correta:

- a) O Servidor Público não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta, tendo que decidir também entre o legal e o ilegal;
- b) Para a moralidade da Administração Pública, o fim é sempre a felicidade individual;
- c) O Servidor Público que deixa qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas, causa um ato de desconforto, mas não é considerado pela lei grave dano moral aos usuários dos serviços públicos;
- d) O Servidor Público tem que observar as regras quanto as vestimentas no local de trabalho, contudo é um direito do Servidor se apresentar de forma adequada ao exercício de sua função.
- e) A moral é um ramo da filosofia que busca o constante questionamento, é especulativa e propicia a quebra de paradigmas e a evolução do pensamento

15. Acerca do Código De Ética Do Tribunal De Justiça Do Pará assinale a alternativa incorreta:

- a) As normas de conduta estabelecidas neste Código também se aplicam a todas e quaisquer pessoas que, mesmo pertencendo a outra instituição, prestem estágio ou desenvolvam quaisquer atividades junto ao TJPA de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que não remunerada
- b) Cabe aos gestores, em todos os níveis, aplicar e garantir que seus subordinados - servidores, estagiários e prestadores de serviço - apliquem os preceitos estabelecidos neste Código, como um exemplo de conduta a ser seguido
- c) Para os fins de aplicação deste Código, considera-se servidor quem exerça cargo efetivo ou cargo comissionado neste Tribunal, inclusive como temporário, requisitado e cedido.
- d) Este Código de Ética estabelece os princípios e normas de conduta ética aplicáveis aos servidores do

TJPA, excluindo-se a observância dos demais deveres e proibições legais e regulamentares

- e) O Código de Ética dos Servidores do TJPA tem como um de seus objetivos tornar explícitos os princípios éticos e as normas que regem a conduta dos servidores, fornecendo parâmetros para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura das ações adotadas neste Tribunal para cumprimento de seus objetivos institucionais

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

16. A transportadora ABV, voltada para o transporte de peças de automóveis, ao perceber a necessidade de se posicionar de forma mais efetiva no setor, desenvolve uma análise de cenário por meio da ferramenta Matriz SWOT. Esta análise apontou uma falta de motoristas capacitados atuando na empresa no momento. Qual seria o fator apontado?

- a) Oportunidade.
- b) Ameaça.
- c) Força.
- d) Fraqueza.
- e) Dependência.

17. A prefeitura de Serra do Oeste enviou um questionário para seus principais servidores, visando construir seu planejamento estratégico para o período 2020-2014. De acordo com Kunsch, temos quatro tipos de comunicação que compõem uma comunicação integrada. Qual delas está envolvida no caso citado:

- a) institucional.
- b) hierárquica.
- c) administrativa.
- d) mercadológica.
- e) interna.

18. O governo do estado XYZ está preocupado com as políticas públicas do setor de educação locais. Para ele, muitas das ações não geram impacto real na vida da população. O secretário está preocupado com qual dimensão da avaliação da política pública?

- a) eficiente.
- b) efetividade.
- c) eficácia.
- d) economicidade.
- e) excelência.

19. O controle exercido pela sociedade civil, muitas vezes representada por ONGs, sindicatos e associações, representa que tipo de accountability

- a) vertical.
- b) horizontal.
- c) diagonal.
- d) societal.
- e) gerencial.

20. A _____ é uma adaptação da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow. Seu autor procurou adequar os estudos de Maslow para que a teoria pudesse refletir os dados empíricos. A primeira diferença entre as duas teorias é o fato de que ele "condensou" os níveis hierárquicos. Para ele, são apenas três os níveis de necessidades: de existência, de relacionamento e de crescimento.

- a) Teoria das Relações Humanas.
- b) Teoria ERC de Alderfer.
- c) Teoria da Liderança Carismática.
- d) Teoria X e Y.
- e) Teoria da Equidade.

21. O _____ é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias.

- a) Insulamento Burocrático.
- b) Fortalecimento corporativo.
- c) Treinamento constante.
- d) Clientelismo.
- e) Corporativismo.

22. Um programa de qualidade simples, mas que demanda uma grande mudança de mentalidade nos membros da organização, é baseado fortemente na cultura japonesa e focado na ordem e na limpeza no ambiente de trabalho. Esse programa é conhecido como:

- a) Benchmarking.
- b) Reengenharia.
- c) Downsizing.
- d) Matriz GUT.
- e) 5S.

23. Ao entrar em uma empresa, Joãozinho percebe que os seus funcionários vestem todos ternos e vestidos bem formais. Este fator constitui o seguinte nível da cultura organizacional:

- a) Vestimental.
- b) Comportamental.
- c) Artefatos.
- d) Valores.
- e) Normativo.

LEGISLAÇÃO

24. Conforme a Lei no 5.810/1994 e suas atualizações, é concedido o direito ao servidor público civil do Estado:

- a) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração, com a duração de cento e cinquenta dias.
- b) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração com a duração de noventa dias.
- c) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e da remuneração com a duração de oitenta e quatro dias.
- d) licença-paternidade, com a duração de cinco dias
- e) licença-paternidade de dez dias consecutivos ao nascimento de seu filho.

25. José, servidor público do Tribunal de Justiça do Pará aposentado por invalidez, retornou à atividade porque uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos da sua aposentadoria. Conforme a Lei no 5.810/1994 e suas atualizações, neste caso ocorreu a:

- a) ascensão
- b) reintegração
- c) redistribuição.
- d) reversão
- e) readaptação.

26. A vacância do cargo decorrerá de, EXCETO:

- a) exoneração
- b) demissão
- c) promoção
- d) acesso
- e) readaptação

27. Sobre a jornada de trabalho do servidor público civil do Pará, conforme a Lei 5.810/1994:

- I – A duração da jornada diária de trabalho será de 6 (seis) horas ininterruptas, salvo as jornadas especiais estabelecidas em lei.
- II – A frequência será apurada diariamente pelo ponto de entrada e saída, ou ainda pela forma determinada quanto aos servidores cujas atividades sejam permanentemente exercidas externamente, ou que, por sua natureza, não possam ser mensuradas por unidade de tempo.
- III – Na antecipação ou prorrogação da duração da jornada de trabalho, será também remunerado o trabalho suplementar.

Estão corretos os itens apresentados em:

- a) I e II
- b) II
- c) I, II e III
- d) III e I
- e) III e II

28. Conforme a Lei 5.810/1994, considera-se como de efetivo exercício, para todos os fins, o afastamento decorrente de:

- a) licença maternidade com a duração de cento e vinte dias
- b) faltas abonadas, no máximo de 5 (cinco) ao mês
- c) doação de sangue, 3 (três) dias
- d) casamento, até 10 (dez) dias
- e) falecimento do cônjuge, companheira ou companheiro, pai, mãe, filhos e irmãos, até 8 (oito) dias.

29. Os princípios e diretrizes que norteiam o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará são, EXCETO:

- a) universalidade - integram o Plano os servidores efetivos que participam do processo de trabalho desenvolvido pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, incluindo os servidores estáveis que se adequaram no prazo previsto no art. 50 desta Lei;
- b) equidade - fica assegurado aos servidores que integram este Plano, tratamento diferenciado e individualizado para os ocupantes de cargos mesmo que possuam atribuições e requisitos iguais;
- c) participação na gestão - para a implantação deste Plano às necessidades do Poder Judiciário, deverá ser observado o princípio da participação bilateral entre os servidores e o órgão gestor deste Plano, a Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça;
- d) concurso público - é a forma de ingresso nos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

e) publicidade e transparência - todos os fatos e atos administrativos referentes a este PCCR serão públicos, garantindo total e permanente transparência

30. De acordo com o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará, compete Secretaria de Administração propor:

- I – modificações ou regulamentos suplementares deste Plano;
- II- realização de concurso público
- III- execução de programas de desenvolvimento de gestão de pessoas, em benefício dos servidores ocupantes dos cargos e funções do Poder Judiciário.

Estão corretos os itens apresentados em:

- a) I e II
- b) II
- c) I, II e III
- d) III e I
- e) III e II

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Com relação aos poderes e deveres administrativos, assinale a afirmativa correta.

- a) no poder vinculado, o administrador possui ampla margem de liberdade para o seu exercício, nos casos em que a lei não conseguir prever as situações que se apresentam no caso concreto.
- b) as decisões baseadas no poder discricionário estão em desuso, tendo em vista a constitucionalização dos princípios e a crescente sobreposição do princípio da legalidade.
- c) com base no poder hierárquico, um superior pode organizar as funções de seus órgãos subordinados e rever a atuação de seus agentes, observados os limites legais para tanto.
- d) a hierarquia entre os poderes estatais justifica a possibilidade de controle dos atos uns dos outros, tanto no que diz respeito ao controle de ofício quanto ao exercício da autotutela.
- e) a aplicação de punições baseadas no poder disciplinar alcança apenas os servidores públicos, excluídos os particulares, ainda que possuam algum tipo de vínculo com a administração.

32. Os atos administrativos são dotados de atributos ou características que os diferem dos atos privados, submetendo-se a regime jurídico de direito público. O atributo que gera como consequência a necessidade de cumprimento do ato, até que declarada sua invalidade, e a inversão do ônus da prova quanto à sua validade é o da

- a) legalidade.
- b) tipicidade.
- c) imperatividade.
- d) presunção de veracidade e legitimidade.
- e) autoexecutoriedade.

33. No que diz respeito aos contratos administrativos, assinale a opção correta:

- a) o contrato verbal assinado com a administração é válido, desde que reduzido a termo e que seu valor não ultrapasse 5% (cinco por cento) do limite estabelecido para a modalidade tomada de preços.
- b) o contrato deve mencionar o nome das partes e os de seus representantes, dispensada a menção quanto à necessidade de cumprimento da legislação e das cláusulas contratuais, informação já implícita no momento da assinatura do termo.
- c) a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial é condição indispensável de validade, e seu descumprimento causa a nulidade total do procedimento.
- d) o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e facultativo na tomada de preços, assim como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação.
- e) considerando a regulamentação aplicável, a administração está autorizada a firmar contratos verbais com valor não superior a R\$ 8,8 mil (oito mil e oitocentos reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido para a modalidade convite.

34. Com relação à responsabilidade civil estatal, de acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) o Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliões e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- b) há responsabilidade civil subjetiva de pessoa jurídica prestadora de serviço público em razão de dano decorrente de crime de furto praticado em posto de pesagem, considerada a omissão no dever de vigilância e falha na prestação e organização do serviço.

c) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado, prestadora de serviço público, sendo também parte legítima o agente público autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) em caso de inobservância de seu dever específico de proteção relativo aos presos, o Estado responde objetivamente pela morte de detento, a partir da teoria do risco integral.

e) tratando-se de ato omissivo do poder público, a responsabilidade civil por tal ato é objetiva, pelo que exige dolo ou culpa, numa de suas três vertentes, negligência, imperícia ou imprudência, não sendo, entretanto, necessário individualizá-la, dado que pode ser atribuída ao serviço público, de forma genérica.

35. Com base nas normas relativas à organização da administração pública direta e indireta, assinale a opção correta.

a) as entidades administrativas subordinam-se ao ente instituidor por uma relação de hierarquia com o órgão da administração direta da área correspondente, nos limites estabelecidos pela lei criadora da entidade.

b) o controle finalístico exercido sobre as entidades da administração indireta ocorre nos limites expressamente previstos em lei.

c) o controle hierárquico não pode ser considerado presumido e nem permanente, pois depende de expressa previsão legal para ser exercido plenamente.

d) a administração direta é formada pelas entidades subordinadas diretamente aos governos nos âmbitos federal, estadual e municipal, com personalidade jurídica própria e de direito público, portanto.

e) as entidades administrativas, sejam de direito público ou privado, são criadas diretamente pela lei e passam a existir com a sua publicação na imprensa oficial, devendo o texto legal conter os mecanismos de controle hierárquico e vinculado aos quais se submetem.

36. Acerca das normas constitucionais relativas ao controle da administração pública, analise:

- I. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- II. Em relação ao auxílio que presta ao Congresso Nacional no exercício do controle externo, compete ao Tribunal de Contas da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- III. Ao controle interno cabe a prestação de informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas casas, ou por qualquer das respectivas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.

Está correto o que se afirma apenas nos itens:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

37. Com relação ao disposto na Lei nº 10.520/2002, que institui a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, assinale a opção correta:

- a) na fase preparatória, a autoridade competente designará o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, servidores ou não, cujas atribuições incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances.
- b) a equipe de apoio do pregão deverá ser integrada preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, em sua maioria pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- c) cabe ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e ao valor.
- d) se a oferta vencedora não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro declarará encerrado o procedimento, determinando a abertura de novo prazo para habilitação e apresentação de documentos.

e) a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor poderá ser feita mesmo antes de decididos os recursos.

38. Em relação à forma, ao tempo e ao lugar dos atos do processo administrativo, com base nas disposições da Lei nº 9.784/1999, analise os itens abaixo.

- I. Em regra, os atos do processo administrativo dependem de forma determinada, por expressa previsão legal.
- II. Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- III. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis ou feriados, a depender do horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Está correto o que se afirma apenas nos itens:

- a) I, II e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) II e III.

39. O regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, estabelecido pela Lei nº 13.019/2014, possui como fim assegurar, exceto

- a) o reconhecimento da participação social como direito do cidadão.
- b) a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e de inclusão social e produtiva.
- c) a promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável;
- d) o direito à informação, à transparência e ao controle social das ações públicas;
- e) a preservação e a valorização do patrimônio cultural brasileiro, somente no que diz respeito à sua dimensão imaterial.

40. Em relação às fontes e ao conceito de direito administrativo, assinale a opção correta.

- a) a lei é considerada a fonte principal do direito administrativo brasileiro, em decorrência do princípio da legalidade.
- b) com a evolução do direito administrativo, a jurisprudência passou a vincular a administração pública e o Poder Judiciário, impedindo a tomada de decisões distintas do entendimento consolidado pelos tribunais.
- c) as súmulas vinculantes possuem caráter meramente informativo e secundário, tanto para a administração pública quanto para o Poder Judiciário, que pode, a cada decisão, fundamentar a não aplicação do entendimento sumular, conforme convicção do juízo competente.
- d) o princípio da legalidade fez com que a utilização dos costumes e da praxe administrativa seja proibida no âmbito das decisões administrativas e judiciais, inclusive como instrumento de produção legislativa.
- e) a doutrina, como fonte primária e principal do direito administrativo, representa as construções e reflexões dos teóricos do Direito utilizadas nas decisões administrativas e judiciais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

41. Em relação às competências do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, elencadas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) A competência para a homologação de sentenças estrangeiras, concessão do exequatur e a execução da carta rogatória correspondente será do STJ.
- b) Litígios envolvendo Municípios e Estados estrangeiros serão julgados, em recurso ordinário, pelo STF.
- c) Litígios envolvendo pessoas residentes no país e organismos internacionais serão julgados originariamente pelo STJ.
- d) O STF tem competência para julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- e) Em regra, conflitos de competência entre tribunais de segundo grau serão julgados pelo STF.

42. Caso um Estado da Federação decida, nos dias de hoje, subdividir um município por meio de lei estadual, visando à criação de 3 novos entes locais, tal criação:

- a) Poderá ser feita, desde que se proceda à consulta prévia à população diretamente interessada, por meio de plebiscito.
- b) Terá sido feita em flagrante desrespeito ao texto constitucional.
- c) Restará em desacordo com a Constituição, a qual exige a edição de Lei complementar Federal

autorizando a subdivisão, sendo insuficiente a aprovação da Assembleia Legislativa do Estado.

- d) Sujeitar-se-á às exigências impostas pela norma infraconstitucional que vier a restringir o procedimento para a subdivisão, uma vez que a norma constitucional que trata do tema é de eficácia contida.
- e) Poderá ser feita, mas as entidades resultantes da modificação territorial mencionada passarão a integrar a estrutura administrativa da União, perdendo a qualidade de ente político autônomo antes ostentada pelo município original.

43. Suponha que o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Pará tenha sido nomeado, pelo Governador do Estado, para o seu segundo mandato consecutivo, dispensando a aprovação do Poder Legislativo respectivo. Um ano depois, o chefe do Poder Executivo decide destituí-lo do cargo e, mais uma vez, o faz sem consultar a Assembleia Legislativa. Nessas condições, considerando-se respeitadas as demais exigências constitucionais, pode-se dizer que:

- a) Não há qualquer irregularidade no procedimento descrito.
- b) O Procurador-Geral de Justiça sequer poderia ter sido reconduzido ao cargo, em qualquer hipótese.
- c) Não há qualquer impedimento às sucessivas reconduções ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, mas a nomeação e a destituição mencionadas submetem-se ao crivo do Poder Legislativo Estadual.
- d) A nomeação se deu de maneira regular, mas a destituição do Procurador-Geral de Justiça deveria ter sido precedida da deliberação da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.
- e) A nomeação do chefe de qualquer Ministério Público, tendo em vista o princípio da unidade, cabe ao Presidente da República, e não ao Governador.

44. A norma que garante o direito de resposta, presente na Constituição Federal:

- a) É de suficiente densidade normativa, sendo aplicável desde sua promulgação, mas poderá ter sua eficácia restringida por lei.
- b) É de eficácia contida, uma vez que, embora seja de aplicabilidade imediata, terá sua abrangência restrita à intensidade do agravo a ensejar a resposta.
- c) Justifica a impetração de mandado de injunção, visando assegurar seu pleno exercício, caso se verifique a inércia estatal quanto à sua regulamentação.
- d) É programática, uma vez que menciona direito a ser assegurado pelo poder público.
- e) Situa-se no campo da super-rigidez constitucional, sendo esta atribuída, por parcela da doutrina, a determinadas cláusulas imutáveis de seu texto.

45. A Constituição Federal estende aos estrangeiros uma série de direitos garantidos aos brasileiros. Dentre eles, por serem privativos destes últimos, não se encontra:

- a) O uso da ação popular.
- b) A dispensa da assistência de advogado para impetrar habeas corpus.
- c) O acesso a cargos efetivos na Administração Pública.
- d) O direito de herança.
- e) A proibição de extradição em caso de crime político.

46. Segundo o que dispõe a Constituição da República e a jurisprudência acerca das regras pertinentes à Justiça Estadual, é correto afirmar que:

- a) Embora as competências dos Tribunais de Justiça estejam definidas na própria Constituição Federal, a lei de organização Judiciária será de iniciativa dos Tribunais Estaduais.
- b) Caberá ao Tribunal de Justiça do respectivo Estado julgar o prefeito em caso de cometimento de crime comum, incluindo o crime doloso contra a vida.
- c) A Justiça Estadual é organizada em dois graus de jurisdição, sendo os julgamentos por órgãos colegiados restritos à segunda instância.
- d) A competência da Justiça Estadual é residual, razão pela qual caberá aos Tribunais de Justiça o julgamento de autoridades que não possuem foro privilegiado atribuído diretamente pela CF/88.
- e) O crime de responsabilidade cometido por Governador de Estado será julgado pelo Tribunal de Justiça respectivo.

47. Pero Vaz, cidadão português que há 14 anos reside no Brasil, é analfabeto e, atualmente, conta com 60 anos de idade, possuindo o status de "português equiparado". Em recente consulta popular realizada pelo Congresso Nacional por meio de plebiscito, o português, ao comparecer ao local de votação, ficou sabendo que não poderia participar da consulta. Considerando apenas as informações apresentadas e o que determina a Constituição acerca dos direitos políticos, a informação obtida por Pero Vaz:

- a) Está correta, uma vez que estrangeiros não são detentores de direitos políticos, independentemente do tempo de residência no Brasil.
- b) É equivocada, uma vez que, havendo reciprocidade de Portugal, aos Portugueses com residência permanente no Brasil está assegurada a equiparação aos brasileiros naturalizados.
- c) Está correta, uma vez que, para gozar da condição de quase- nacionalidade, Pero Vaz deverá completar 15 anos de residência ininterrupta no Brasil.
- d) É equivocada, uma vez que, a partir dos 60 anos de idade, o voto é facultativo, sendo que Pero Vaz poderia optar por exercer ou não esse direito.

e) Está correta, uma vez que Pero Vaz é analfabeto e, nessa condição, não possui capacidade eleitoral ativa.

48. Determinada entidade de classe, constituída há seis meses, pretende impetrar mandado de segurança coletivo para defender os interesses de parte de seus associados. Considerando o que estabelece a CF/88, é certo que:

- a) A entidade possui legitimidade ativa para a impetração do mencionado remédio constitucional, desde que expressamente autorizada por seus membros.
- b) A entidade não atende o requisito de funcionamento há pelo menos um ano para a utilização da via do mandado de segurança coletivo, na defesa dos interesses de seus membros.
- c) O Mandado de Segurança Coletivo não se presta à defesa de apenas parte dos membros da entidade, devendo abranger a totalidade dos integrantes.
- d) Não há necessidade de autorização expressa dos membros, na situação apresentada, já que, no mandado de segurança coletivo, a legitimação será sempre extraordinária.
- e) Em se tratando de mandado de segurança coletivo, seu objeto consiste na defesa de interesses coletivos ou individuais homogêneos, não havendo, por esse motivo, a exigência específica da tutela a direito líquido e certo.

49. Suponha que determinado Governador tenha editado medida provisória dispondo acerca da exploração, mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado no território de seu Estado. Posteriormente, a medida normativa, após regular trâmite na Casa Legislativa, foi convertida em lei. Analisando-se a situação hipotética apresentada, é possível concluir que:

- a) Embora seja vedada a regulamentação da matéria mencionada exclusivamente por meio de medida provisória, a posterior conversão em lei impede que o ato seja invalidado.
- b) A edição da medida provisória somente estaria autorizada, no caso em questão, caso presente o requisito de relevância e urgência.
- c) A edição da referida medida provisória somente estaria autorizada caso houvesse expressa previsão, nesse sentido, na Constituição do respectivo Estado.
- d) Ainda que houvesse previsão, na Constituição do Estado, de edição de medida provisória pelo Governador, a regulamentação do serviço mencionado permaneceria vedada, não tendo a conversão em lei o poder de convalidar o vício material identificado.
- e) A autorização para a edição de medidas provisórias pelos chefes dos Poderes Executivos de todos os entes, assim como a vedação à regulamentação do serviço mencionado por meio dessa espécie normativa, encontra expressa previsão no texto constitucional.

50. Imagine que o Presidente da República, que se encontrava no terceiro ano de seu mandato, venha a falecer, juntamente com seu Vice, em um acidente aéreo durante uma viagem internacional. Nessas condições, é possível afirmar que:

- a) Serão convocados sucessivamente, para substituir o titular, os Presidentes da Câmara, do Senado e do STF, para cumprir o restante do mandato.
- b) Serão convocadas eleições diretas, devendo o eleito apenas completar o restante do mandato original.
- c) Serão convocadas eleições diretas, sendo o substituto eleito para um novo mandato de quatro anos, a ser integralmente cumprido.
- d) Serão convocadas eleições indiretas, a serem realizadas pelo Congresso Nacional, 30 dias após aberta a última vaga.
- e) Serão convocadas eleições diretas, assumindo interinamente o cargo o Presidente da Câmara.

DIREITO CIVIL

51. A respeito da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-lei 4.657, de 1942 e suas alterações, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se lei nova as correções de texto de lei já em vigor.
- b) As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que exercem suas atividades.
- c) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- d) A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.
- e) Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

52. De acordo com o Código Civil, entende-se por desvio de finalidade:

- a) o cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- b) a transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante.
- c) a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- d) os atos de descumprimento da autonomia patrimonial.
- e) a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

53. João resolveu vender sua própria casa, a fim de arcar com tratamento médico de sua esposa. Diante da necessidade e da urgência em levantar a quantia, João ofereceu sua residência pelo montante de 100 mil reais, embora o valor real de mercado fosse de 300 mil reais. José soube do anúncio e ofereceu 90 mil reais pela casa. João aceitou o valor oferecido, formalizando o negócio jurídico de venda. A situação narrada configura hipótese de:

- a) dolo, sendo o negócio jurídico anulável.
- b) dolo, sendo o negócio jurídico nulo.
- c) estado de perigo, sendo o negócio jurídico anulável.
- d) lesão, sendo o negócio jurídico anulável.
- e) erro, sendo o negócio jurídico anulável.

54. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, não ocorrerá:

- a) por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b) por protesto, nas condições do inciso antecedente.
- c) por protesto cambial.
- d) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
- e) pendendo condição suspensiva.

55. Com relação aos contratos, assinale a alternativa incorreta:

- a) A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
- b) Nas relações contratuais privadas, prevalecerão o princípio da intervenção mínima e a excepcionalidade da revisão contratual.
- c) Nos contratos de adesão, são anuláveis as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- d) Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, ressalvados os regimes jurídicos previstos em leis especiais.
- e) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

56. Em demanda deduzida por servidor público contra a Fazenda Pública, foi concedida liminarmente, sem a oitiva da parte ré, tutela de evidência em favor da parte autora, que demonstrou o pedido com a juntada de documentos comprobatório de suas alegações e com fundamento jurídico do pedido em tese firmada em julgamento de recurso repetitivo. Em tal hipótese:

- a) a decisão é irrecorrível de imediato.
- b) veda-se decisão liminar que, em sede de tutela provisória, é cabível apenas em tutelas de urgência (cautelares e antecipadas).
- c) para concessão liminar da tutela, no caso em tela, faz-se necessário demonstrar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.
- d) da decisão cabe agravo de instrumento no prazo de 15 dias.
- e) da decisão cabe pedido de reconsideração com a juntada de contraprovas no prazo de 10 dias.

57. Gilberto, adolescente de 17 anos, assistido por sua mãe, Lacir, celebrou contrato de compra e venda de um notebook com Juliano. Após a entrega do bem, Gilberto comprometeu-se a pagar R\$ 5.000,00 em 5 dias, mas, injustificadamente, não realizou o pagamento do prazo e formas acordados. Tendo em vista que não houve eleição de foro, Juliano ajuizará ação de cobrança no foro da comarca:

- a) de domicílio de Lacir.
- b) do local onde ocorrera a entrega do bem.
- c) de seu próprio domicílio.
- d) do local em que deveria ter ocorrido o pagamento.
- e) do local onde fora celebrado o contrato.

58. Em determinado processo, o juiz determinou que os autores emendassem a inicial. Discordando da decisão, os autores interpuseram agravo de instrumento, o qual não foi conhecido pelo órgão colegiado do Tribunal de Justiça. Contra essa decisão foi interposto recurso especial. Enquanto isso, o juiz de primeiro grau extinguiu o processo sem resolução do mérito, já que a inicial não foi emendada. Não foi interposta apelação contra a sentença. Nesse caso,

- a) o juiz de primeira instância deveria ter concedido o prazo de 5 dias para que a inicial fosse emendada.
- b) o recuso especial deverá ser conhecido e julgado pelo STJ, pois a coisa julgada não se forma enquanto o recurso especial não for julgado.
- c) o recurso especial não será conhecido, pois como os autores não interpuseram recurso de apelação, a questão está acobertada pela coisa julgada.
- d) o recurso especial não será conhecido, foi deveria ter sido interposto recurso especial e recurso extraordinário simultaneamente.
- e) se os recursos tivessem sido interpostos por apenas um dos litisconsortes, os demais não aproveitariam, em regra, dos benefícios deles decorrentes.

59. Nos termos do Código de Processo Civil, mesmo que haja interposição de recurso de apelação, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que

- a) indefere pedido de concessão de tutela provisória.
- b) julga improcedente o pedido de instituição de arbitragem.
- c) extingue sem resolução do mérito ou julga procedentes os embargos do executado.
- d) reconhece a prescrição.
- e) decreta a interdição.

60. O réu Pedro, citado por hora certa, não constituiu advogado e não apresentou contestação. Em seguida, o juiz nomeou curador especial para defender seus interesses, membro da Defensoria Pública, o qual apresentou contestação genérica, sem impugnar os especificamente os fatos narrados na inicial. Assim, segundo as disposições do Código de Processo Civil, pode-se concluir que

- a) o juiz não deveria ter nomeado curador especial para Pedro nesse caso.
- b) como não houve impugnação específica pela defesa, o juiz presumirá verdadeiras as alegações do autor.
- c) como o autor não foi encontrado, o processo será suspenso, sendo vedado ao juiz adentrar no mérito.
- d) o juiz não poderá presumir que as alegações do autor são verdadeiras nesse caso.
- e) o juiz errou ao nomear Defensor Público para exercer a curatela especial.

DIREITO PENAL

61. Durante um voo em uma aeronave pública de bandeira brasileira, José, brasileiro, atenta contra a vida do Presidente da República, mas este acaba sobrevivendo. A aeronave, no momento, se encontrava sobrevoando o espaço aéreo da Turquia.

Neste caso, em relação ao crime praticado:

- a) será aplicável a lei brasileira ao referido delito, pelo princípio da territorialidade.
- b) será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo esta uma hipótese de extraterritorialidade condicionada.
- c) será aplicável a lei penal brasileira ao referido delito, pelo princípio da defesa ou proteção.
- d) será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da bandeira ou pavilhão.
- e) não será aplicável a lei penal brasileira

62. José, em situação de coação física absoluta, foi obrigado a praticar determinada conduta tipificada como crime. Neste caso, José:

- a) será isento de pena, pela inexigibilidade de conduta diversa.
- b) será isento de pena, pela inimizabilidade penal.
- c) não pratica crime, ante a exclusão da ilicitude.
- d) não pratica crime, por ausência de conduta, o que exclui o fato típico.
- e) será isento de pena, pela ausência de culpabilidade.

63. Sobre o concurso de pessoas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o CP brasileiro adota, no que tange à punibilidade do partícipe, a teoria da acessoriedade mínima.
- b) não se admite a aplicação de penas diversas para aqueles que agem em concurso de pessoas, dada a adoção da teoria monista.
- c) na cooperação dolosamente distinta, se previsível o resultado mais grave, o agente que quis participar do crime menos grave receberá a pena deste, majorada até metade.
- d) a participação meramente moral não é punível.
- e) a participação de menor importância não é punível.

64. Sobre a extinção da punibilidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeitos de reincidência
- b) Admite-se a chamada prescrição virtual ou em perspectiva
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.
- d) A reincidência interfere no cálculo da prescrição da pretensão punitiva.
- e) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 60 anos.

65. José pagou em dinheiro o valor de uma compra realizada em determinado supermercado de Belém-PA. Ao receber o troco, não se atentou para o fato de que uma das cédulas recebidas era falsa. Ao chegar em casa e conferir o troco, José percebeu que uma das cédulas, no valor de R\$ 10,00, era falsa. Para não ficar no prejuízo, José foi ao açougue do bairro e comprou 100g de picanha, pagando com a nota falsificada.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que José:

- a) não praticou crime
- b) praticou o crime de moeda falsa em sua forma simples, cuja pena é de reclusão, de três a doze anos, e multa.
- c) praticou o crime de moeda falsa em sua forma qualificada, cuja pena é de reclusão, de três a quinze anos, e multa.
- d) praticou o crime de moeda falsa em sua forma privilegiada, cuja pena é de detenção, de seis meses a dois anos, e multa.
- e) praticou o crime de estelionato, em sua forma simples.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

66. José foi indiciado em inquérito policial pela prática do crime de estelionato, em tese praticado contra Maria. Ao final das investigações, o Ministério Público concluiu não haver elementos de convicção suficientes para ajuizar denúncia. Neste caso:

- a) Caberá ao próprio Ministério Público arquivar diretamente os autos do inquérito policial.
- b) O arquivamento do inquérito policial, nestas circunstâncias, impedirá a retomada futura das investigações.
- c) caberá à própria autoridade policial proceder ao arquivamento do inquérito policial.
- d) caso seja arquivado o inquérito, poderá a vítima ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- e) Caberá ao Ministério Público promover pelo arquivamento dos autos do inquérito policial, encaminhando a promoção ao Juiz, a quem caberá arquivar os autos do inquérito.

67. Maria foi vítima de um crime de ação penal privada, praticado por José. Dentro do prazo decadencial, Maria ajuizou queixa-crime contra José, dando início ao processo. No decorrer do processo, porém, Maria faleceu, deixando apenas dois parentes próximos: sua tia Mariana e sua avó Joana.

Neste caso, é correto afirmar que:

- a) Tanto Mariana quanto Joana podem prosseguir na ação penal ajuizada por Maria, sendo que Mariana está à frente na ordem de preferência.
- b) Somente Joana poderá prosseguir na ação penal privada ajuizada por Maria.
- c) Somente Mariana poderá prosseguir na ação penal privada ajuizada por Maria.
- d) Tanto Mariana quanto Joana podem prosseguir na ação penal ajuizada por Maria, sendo que Joana está à frente na ordem de preferência.
- e) A ação penal deverá ser extinta, necessariamente, em razão do óbito do querelante.

68. José, prefeito do município X, praticou o crime de peculato, apropriando-se de verbas públicas transferidas ao município X pela União, sendo verbas ainda sujeitas a prestação de contas perante órgão federal. Neste caso, será competente para processar e julgar José:

- a) Uma das Varas Criminais da Justiça Estadual do município X.
- b) Uma das Varas Federais Criminais do município X.
- c) O Superior Tribunal de Justiça.
- d) O Tribunal de Justiça do estado em que está localizado o município X.

e) O Tribunal Regional Federal da região em que está localizado o município X.

69. Sobre a prisão cautelar, a liberdade provisória, as medidas cautelares diversas da prisão e a prisão domiciliar, assinale a alternativa correta:

- a) A autoridade policial somente poderá arbitrar fiança no caso de infração penal cuja pena máxima não exceda 08 anos.
- b) A prisão preventiva será substituída pela prisão domiciliar no caso de ré grávida, acusada pelo crime de peculato.
- c) As medidas cautelares diversas da prisão não podem ser decretadas ex officio.
- d) A prisão preventiva somente poderá ser decretada quando houver prova da materialidade e da autoria delitiva.
- e) No caso de prisão em flagrante, apresentado o preso à autoridade policial, ouvirá esta, desde logo, as testemunhas da infração; Após, ouvirá o condutor e, por fim, procederá ao interrogatório do preso.

70. A respeito dos recursos e do habeas corpus, assinale a alternativa correta:

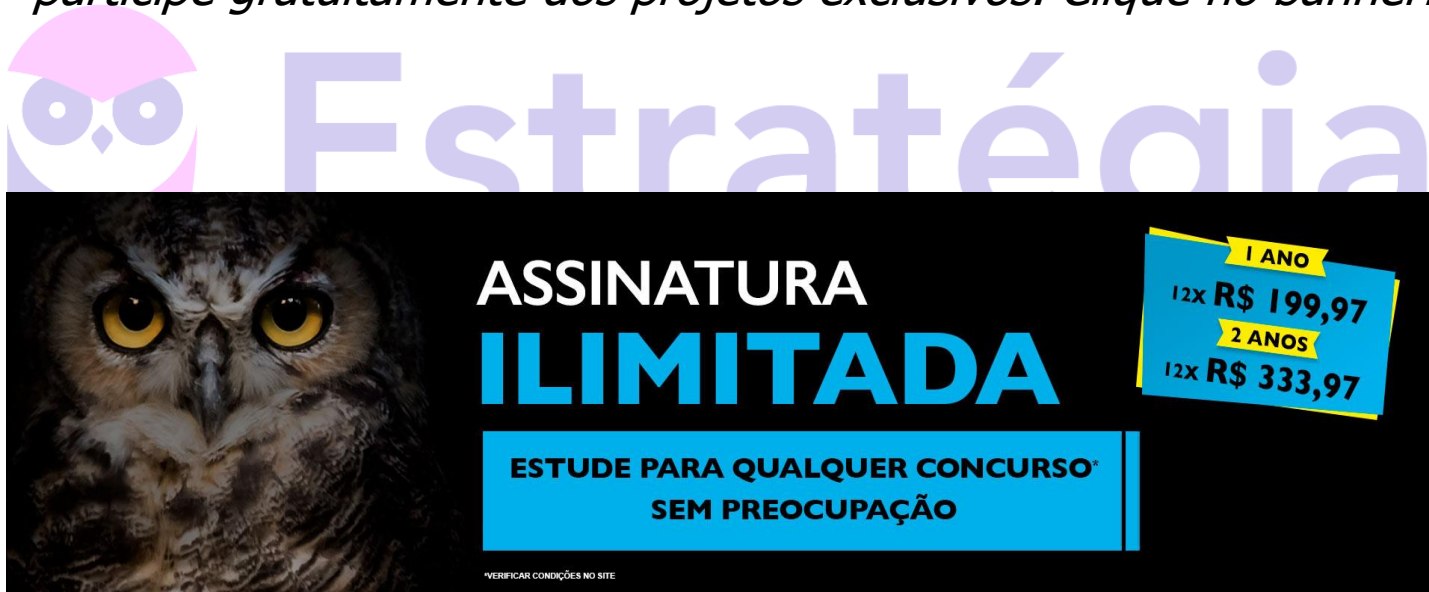
- a) A decisão de recebimento da denúncia ou queixa é irrecorrível.
- b) Caberá recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias, para impugnar a decisão de impronúncia.
- c) O ministério público poderá desistir do recurso interposto, caso se convença posteriormente da inviabilidade recursal.
- d) Em nenhum caso a parte será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- e) Qualquer pessoa poderá ser paciente em habeas corpus, embora não se admita o referido remédio constitucional contra decisão condenatória à pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TJ-PA-07-12>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE